



## O PAPEL DO NORDESTE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO: dependência, superexploração e subimperialismo?

Hugo Feitosa Gonçalves<sup>1</sup>

Francisco do O' de Lima Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO

Este ensaio toma como objeto a questão socioeconômica do Nordeste entre os anos de 1950, período que cerca a fundação da SUDENE, e o início dos anos de 1990, período de ascensão hegemonia neoliberal no Estado brasileiro, quando a questão do planejamento e do desenvolvimento regional e nacional foi arquivada. A partir da perspectiva dependentista, partiu-se da questão: qual foi o papel do Nordeste na reprodução do capital no Brasil durante o período central de desenvolvimento da indústria brasileira? A partir de uma revisão de literatura, o objetivo deste ensaio é produzir uma interpretação das questões socioeconômicas do Nordeste brasileiro sob o prisma da economia política marxista latino-americanista. Considerou-se que a SUDENE e a política regionalmente desconcentradora do II PND promoveram redefinições na divisão regional do trabalho no Brasil no processo de expansão do capital inter-regional, onde o Nordeste passa a figurar como região de atração do capital, aumentando a produtividade regional, porém, sem romper com o processo de dependência em relação ao grande capital do Sudeste, caracterizando um novo padrão de dependência. Dessa forma, o Nordeste continua com uma estrutura produtiva relativamente arcaica em relação ao Sudeste, com a produção regional não é voltada para atender a demanda local e os investimentos em capital fixo são comandados por atores externos e alocados nas mesorregiões e setores mais dinâmicos, mantendo intra-regionalmente o processo dialético entre o arcaico e o moderno do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

**Palavras-chave:** Nordeste. Formação Econômica. Questão Regional. Neoliberalismo.

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela UFCG; Mestre pelo PPGDR-UEPB; Doutor pelo PPGCS-UFRN. Professor do Departamento de Administração da UFPI.

<sup>2</sup> Pesquisador do Grupo de Estudos em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU-URCA); Professor Associado do Departamento de Economia da URCA, Campus Crato; Doutor em Economia pelo IE-UNICAMP.

2023

XI Seminário Internacional sobre

# Desenvolvimento regional

Desenvolvimento Regional  
em tempos de emergência  
climática: desafios e  
oportunidades



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil  
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade de Santa Cruz do Sul

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



PATROCÍNIO:





## 1 Introdução: O Nordeste entre a “Questão Regional” e a hegemonia neoliberal: uma (re)leitura

Considerando que não se consegue chegar a uma interpretação das questões socioeconômicas do Nordeste brasileiro próximo do real concreto sem percebermos essa região inserida nas relações de produção<sup>3</sup> no Brasil, assim como esse no cenário internacional da divisão do trabalho e apropriação da renda, esse ensaio foi influenciado por uma revisão da obra de Francisco de Oliveria (1977), “Elegia Para Uma Re(li)gião”, que faz uma interpretação desta região, a cerca da fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inserido na economia política brasileira entre os anos de 1950 e 1960, em uma pretensão de ampliar essa interpretação do ponto de vista histórico para algumas décadas mais adiante.

Tendo como estímulo inicial construir uma concepção sobre o papel da Região Nordeste brasileira dentro do processo de reprodução do capital no Brasil e as transformações socioeconômicas nessa, partindo da perspectiva da economia política marxista latino-americanista – porém, sem uma ruptura completa com o desenvolvimentismo cepalino que guia o ensaio original –, tomou-se como objetivo produzir uma releitura das questões estruturais que condicionaram a dinâmica econômica e a questão social do Nordeste entre os anos para além da fundação da SUDENE: de 1950 (período de eclosão da “Questão Nordeste”) ao início dos anos de 1990 (quando se consolida o neoliberalismo como ideário dos governos brasileiros).

### 1.1 Uma interpretação a partir da Economia Política Marxista Latino-americana

A partir da perspectiva materialista história e dialética, a “ciência marxista” – como diria Althusser –, temos como método uma reinterpretação das relações econômicas e sociais do Nordeste brasileiro entre os anos de 1950 e 1990 sob uma ótica mais geral, considerando essas relações inseridas no cenário da reprodução do capital no Brasil, tomando conceitos fundamentais do marxismo dependente, destacando-se entre seus expoentes Rui Mauro Marini, a partir de uma revisão bibliográfica contemplando debates regional e sobre macroeconomia brasileira.

### 1.2 “ELEGIA ...”: referencial

Como referencial teórico, histórico-categorial, tomou-se como referência o texto de Oliveira (1977), “Elegia para Uma (Re)ligião”, além Marini (1972), “Dialética da Dependência”, como base teórica. Como fonte bibliográfica em relação ao Nordeste brasileiro considerou-se

<sup>3</sup> Essas percebidas para além da produção econômica, inserindo social, política, dentre outros. – como enfatiza Nicos Poulantzas em “Poder Político e Classes Sociais”.



fundamentalmente: Almeida e Araújo (2004); Araújo (2001); Cano (2001); Furtado (1981); Guimarães Neto e Brandão (2009); e Guimarães Neto (2013).

Em relação aos cenários no Brasil, considerou-se s aqui: Castro (1985); capítulos da obra organizada por Araujo e Mattos (2021); Gremaud *et al* (2002); a obra organizada por Giambiagi *et al* (2021); Abreu (org.) (1990); Tavares (1978).

Assim como fez Oliveira (1977), e como destaca o pensamento dependentista latino-americano, buscou-se aqui a desvinculação desse ensaio à perspectiva histórico-estrutural cepalina, contribuída e adotada por Celso Furtado, pelo abstracionismo desse da dialética de classes e principalmente de frações de classe inserida no processo de produção do valor, e assim de reprodução do capital, o que o levou a propor um desenvolvimento de capitalismo e de uma burguesia nacional e regional autônomos.

## 2 O Nordeste, uma região dependente no processo de acumulação de capital no Brasil

Furtado (1998), em “O Mito do Desenvolvimento Econômico”<sup>4</sup>, relata que a linha que separa os países desenvolvidos dos não desenvolvidos tendeu a acentuar-se no processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Os sistemas de produção dos chamados países periféricos modelam-se de acordo com as necessidades apresentadas pelos países centrais, tendo um papel complementar do sistema econômico mundial.

Essa é a relação interregional do desenvolvimento da capital que – tomando o conceito de Trotski – Francisco de Oliveira (2003), em “Crítica à Razão Dualista”, caracteriza dialeticamente como “desigual e combinado”, onde as regiões produtivamente atrasadas funcionam como fornecedoras de fatores de produção e de reprodução da força de trabalho baratos para as regiões desenvolvidas.

David Ricardo *apud* Hunt (1989), a partir de uma interpretação abstrata dedutiva, desconsiderando o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas, defende a permanência dessa relação entre os países de produtividade desigual, apresentando o princípio das “vantagens comparativas”, defendendo que cada país deve produzir aquele produto que menos gera custo de produção interna, uma “vantagem relativa”, sendo os países que têm mais dificuldade de produzirem algo a um menor custo do que outro tendo que se adaptar e produzir aquele produto que tenha espaço no mercado internacional e que gere o

<sup>4</sup> Nesta obra de início dos anos 1970, período *ex post* à entrada brasileira e latino-americana das empresas multinacionais e o início do debate acerca da dependência das economias regional, Furtado internaliza o conceito no seu debate, porém reestruturando-o, tomando o conceito de “dependência cultural”, que repousava sobre a esfera apenas da circulação, como um processo de modernização do consumo da elite brasileira aos moldes dos países centrais sem mudanças das bases produtivas internas, assim sem aumento da produtividade ao mesmo nível do crescimento do consumo dessa. O caminho encontrado por essa elite foi o aumento da exploração do trabalho.



menor custo interno. Assim, o livre mercado transferiria o benefício do desenvolvimento da produtividade dos países manufatureiros para os países de produção primária através do dispositivo de preços.

Para os liberais que defendem essa concepção, o Brasil com sua vasta área de terras cultiváveis, de mão de obra abundante, deveria e percorreu até o primeiro terço do século XX as vias de menores resistências, alocando-se no mercado internacional como ofertante de bens primários (principalmente produtos agrícolas para a cesta de reprodução da força de trabalho) em vez de investirem na produção dependente de novas tecnologias, pois esse setor já era dirigido pelos países centrais da dinâmica econômica mundial.

Essa concepção liberal poderia aumentar a satisfação dos países inseridos nesse comércio internacional a partir do mecanismo de preços, condicionado diretamente em sentido inverso ao aumento da produtividade se, na trajetória histórica do capitalismo dos últimos séculos, não houvesse apresentado um resultado diferente daquele promulgado por Davi Ricardo, uma variação diferenciada nos preços, a partir da relação demanda/renda, e dos custos de produção (a partir da produtividades dos setores) e comercialização entre os produtos dos países centrais e periféricos – como percebem os autores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Entre a segunda parte do século XXI e a primeira do século XX, os preços dos produtos dependentes de tecnologia subiram mais do que os produtos primários, gerando um desconforto econômico cada vez maior nos países produtores de bens primários, caso do Brasil em específico, e América Latina em geral (BIELSCHOWSKY, 2004; CARDOSO, 2018).

Os autores da CEPAL, liderados pro Raúl Prebisch, percebem, entre finais dos anos 1940 e início dos anos 1950 – período qual o capital internacional, agora liderado pelos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial, está voltado para se reproduzir a partir da reconstrução dos mercados europeus e do Japão, estando a América Latina fora desse radar –, esse processo de transferências da renda dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos através das trocas desiguais, caracterizando a relação centro-periferia.

O que essa discussão contribui para a compreensão da “questão regional” do Nordeste do Brasil em meados do século XX?

Essa relação entre os países produtores de bens dependentes de avanço técnico e os que dependem de matéria prima e mão de obra abundante, a relação dual centro-periferia, apesar de suas particularidades, também é percebida em âmbito interregional – especificamente até meados dos anos 1960, período que abarca a fundação da SUDENE e o Golpe de 1964 – qual, no Brasil, a Região Nordeste ocupa o espaço do subdesenvolvimento na dinâmica economia, sendo designada pelo bloco o poder do Estado brasileiro como região produtora de bens primários na reprodução do capital no Centro-Sul do Brasil, posteriormente, a partir de outra formação na divisão regional do trabalho, também ofertante de bens



industriais complementares da produção do Sudeste.

Essa questão percebida como histórica-estrutural no Brasil E América Latina pelos cepalinos, a partir da ótica da troca, atravessa toda a segunda metade do século XX e não foi rompida ainda nos dias correntes devido o caráter espacial e setorial “desigual e combinado” da reprodução do capital, onde as regiões de estruturas de produção arcaicas diminuem os custos dos fatores de produção e não concorrem com o capital das regiões e setores modernos.

A Teoria Marxista da Dependência, preocupada com as relações entre países, observa que as relações de submissões dos países subdesenvolvidos vai além das relações de troca. Apesar das contradições entre diversas correntes dependencista<sup>5</sup>, percebe que as relações de submissão encontra em atores locais, as frações da classe dominante associadas ao capital externo, onde as estruturas do subdesenvolvimento são fundamentais para a reprodução do capital desses. Então, seriam as contradições internas que condicionavam o caráter de dependência externa, uma relação orgânica (ALMEIDA, 2011).

Diferentemente do estruturalismo dual do pensamento da CEPAL, os dependentistas percebem que, principalmente a partir os anos 1950, as economias da América Latina passam a ser subordinadas ao capital externo a partir de dentro, com as transferências das bases industriais obsoletas dos países dominantes para aqueles países subdesenvolvidos (ALMEIDA, 2011), caracterizando uma nova divisão internacional do trabalho e um novo padrão de dependência dos países subdesenvolvidos.

Marini (1972) oferece três categorias para se pensar o processo de dependência:

- i) a própria categoria dependência como uma subordinação das nações formalmente independentes, onde as nações subordinadas são modificadas ou recriada para garantir a reprodução ampliada da dependência;
- ii) a de superexploração da força de trabalho como a exploração da força de trabalho sem o pagamento do valor da força de trabalho, ou seja, o valor necessário para a reprodução desse fator de produção, devido as condições de transferência do excedente para os países dominantes, em função de garantir a taxa de lucro da burguesia interna, que não pode ser equacionada a partir das próprias forças internas, condicionando a separação entre a esfera da produção e da circulação, onde o consumo dos trabalhadores não interfere no processo produtivo;
- iii) a de subimperialismo: uma saída a partir da expansão das atividades para outros países devido a fraca dinâmica do mercado interno devido a superexploração da força de trabalho, condicionada pelo capital dominante.

A partir de uma ótica regional, consideramos que essas categorias são importantes

<sup>5</sup> Sobre esse debate ver: Almeida (2011), “Linhas e Variantes do Pensamento Dependencista”.



para entender o subdesenvolvimento do Nordeste, e que nesta perspectiva há uma aproximação no que concerne aos redirecionamentos da SUDENE (OLIVEIRA, 2003).

Outro elemento importante na formação socioeconômica recente do território brasileiro, e mais intensamente do Nordeste, é a relação entre Estado e capital destacada por Fiori (2001) em “A Propósito de Uma Construção Interrompida”. Indo de encontro à concepção da escola neoclássica do pensamento econômico, o autor defende que as ações do Estado em geral seguiram na mesma direção setorial e territorial da expansão do capital, sendo favorecedor das necessidades do capital, mas não sendo a reciprocidade verdadeira, ao menos no território brasileiro. Assim, as regiões mais dinâmicas são retroalimentadas a partir dos recursos públicos.

Na maior parte da história capitalista no Brasil<sup>6</sup>, a burguesia como unidade (interna ou internacional) não aliou seus projetos a qualquer projeto de desenvolvimento socioeconômico nacional.

David Harvey (2011) afirma que o capital não finca raízes ao se alocar em um território. O capital transforma todo o espaço em função da sua reprodução e quando esse espaço e a população ali inserida não interessa mais à sua reprodução, o capital se transfere para outra região, deixando aquela, transformada para atender os interesses do capital que não está mais lá, ainda mais vulnerável. Nas regiões dependentes esse processo de exploração e subdesenvolvimento se percebe ainda com mais clareza. Entre os séculos XVI e XIX, o período pré-capitalista do território que hoje compõe o Brasil era formado por produções regionais primárias voltadas para o mercado externo, para o desenvolvimento do capital europeu, depois dos Estados Unidos. Assim a dinâmica das regiões brasileiras era ditada pelo mercado externo.

Até o início do século XX, as articulações comerciais inter-regionais eram menores do que as dessas com o exterior do País. Portanto, nesse período não se tinha a ideia de integração e de desenvolvimento nacional (ARAÚJO, 2001), apesar de, desde a segunda metade do século XIX, ter emergido o processo de “articulação comercial” inter-regional no Brasil que ganha força a partir dos anos 1930, com o processo – que Furtado (1997) conceitua de “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira – de industrialização voltada para o mercado interno, como percebe (GUIMARÃES NETO, 1997).

Para Araújo (2001, p. 72), é na primeira parte do século XX que o Brasil passa gradativamente do posto de país [apenas] primário-exportador para ser um país de “base industrial importante” comandado pela dinâmica do mercado interno. É nesse momento de

<sup>6</sup> Salvo os períodos que o capital internacional não estava interessado em se reproduzir no Brasil (anos 1930 ao início dos anos 1950), de necessidade de atração da classe trabalhadora como classe de apoio, como no período Constitucional do Governo Vargas e da Ditadura Vargas, ou de necessidade para controlar convulsões sociais, como foi a questão do Nordeste em finais da década de 1950 e início dos anos 1960, junto as pressões dos trabalhadores do então Centro-Sul do Brasil.



articulação comercial brasileira, conseqüentemente de reconhecimento de “nação” – de necessidade de expansão do capital, esse concentrado no Centro-Sul, dentro do território brasileiro para acelerar a reprodução da taxa de lucro –, que se percebe enfaticamente as diferenças socioeconômicas inter-regionais, passando a emergir as “questões regionais” brasileiras, tal como abordaremos a seguir.

### 3 A eclosão da “Questão Regional” do Nordeste nos anos 1950

Para Cano (2001), até meados dos anos de 1950, a questão regional do Nordeste brasileiro era contemplada por ações voltadas basicamente para combater a seca a partir do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Na verdade, como ressalta Oliveira (1977), o DNOCS, de atuação majoritária e controlado pela oligarquia agrária do Nordeste, era voltado para a reprodução do capital dos latifundiários da Região, especialmente do semi-árido, detentores do poder econômico e político das mesorregiões do Nordeste até então, a partir de construções de barragens dentro das grandes propriedades, de estradas para ligar essas aos centros comerciais, além de, em segundo plano, estudos ecológicos, somado a esses fatores, o uso dos recursos das políticas para apropriação privada a partir de fraudes, realimentando as relações de produção e apropriação típica de uma acumulação aos moldes primitivos.

No período prévio da eclosão da questão regional do Nordeste, não eram apenas as secas que causavam desconforto na população nordestina. A Região, qual o setor externo agroexportador já se encontrava estagnado devido à concorrência internacional e ao atraso na composição orgânica do capital, sofria com o aumento da concorrência da sua produção internamente com a expansão da oferta dos produtos do Centro-Sul no mercado interno, beneficiado pela reforma tributária do Governo Vargas, em 1935, o qual derruba as tarifas de “exportação” inter-regional, invadindo regiões antes mercado da produção nordestina, penetrando também no mercado do Nordeste, quebrando a estrutura manufatureira dessa última região (OLIVEIRA, 1977; GUIMARÃES NETO, 1997).

Na zona da mata, os pequenos proprietários de terras estavam sendo forçados pela conjuntura a venderem suas áreas e migrarem para as periferias das cidades, entre outras questões (ARAÚJO, 2001; CANO, 2001), além das diversas formas de relações de produção e apropriação do produto entre latifundiários e produtores diretos de caráter pré-capitalistas ascenderem movimentos organizados de reivindicações pelas terras quais eram produtores, as “Ligas Camponesas” (OLIVEIRA, 1977), em meio a uma conjuntura internacional de revoluções comunistas, como a Revolução Cubana culminada em janeiro de 1959.

Nos anos de 1951 e 1952, foram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, apresentando as disparidades econômicas regionais. De acordo com os dados, entre os anos de 1919 e 1949 o produto industrial do Centro-Sul, comandado por São Paulo, cresceu quase



50% a mais do que o resto do País (ARAÚJO, 2001).

O desequilíbrio entre as regiões na formação do produto brasileiro estava em tendência de acentuação, impulsionado pela política industrial de substituição de importações tendo como centro dinâmico a indústria sudestina, e vem a se agravar a partir investimentos do Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) – em infraestrutura e na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital – concentrados em São Paulo, desencadeando pressões sociais e políticas de outras regiões do Brasil, tendo início no Nordeste, requerendo uma maior atenção do Governo Federal (ARAÚJO, 2001; CANO, 2001).

Nos finais dos anos de 1950 e início de 1960, o apoio fiscal e institucional do Estado ao desenvolvimento regional não se limitou apenas a Região Nordeste (CANO, 2001), exemplo foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

No final da década de 1950, quando, com o crescimento das pressões sociais e políticas no Nordeste, o então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek convocou, entre outros, Celso Furtado, vindo do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para discutir a questão posta na Região.

Furtado, liderando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), expôs que a política de industrialização vigente na época era favorecedora das desigualdades regionais, pois as indústrias e os incentivos do Estado, a partir do Plano de Metas, concentravam-se no Sudeste. Furtado ainda afirmou que a seca não era a [única] causa das dificuldades socioeconômicas nordestinas e que a política hídrica implantada no Nordeste, em vez de minimizar as questões socioeconômicas da população local, servia para expandir a pecuária dos grandes latifúndios – atividade dominante na região no período, sem alcançar a produção familiar que constituía a maior parte da população do Nordeste (GTDN, 1959). Essa afirmação desagradava o núcleo político mais importante do Nordeste que era beneficiado por essa política hídrica do DNOCS (ARAÚJO, 2001; CANO, 2001).

O chamado “Documento do GTDN” (1959), a partir do diagnósticos que percebe, além da escassez de terras aráveis e a inadequações de chuvas, a extrema concentração da renda, principalmente na economia açucareira, e duplo fluxo de capitais, onde as exportações do Nordeste serviam para cobrir a transferência de renda dessa região para o Centro-Sul a partir das relações de trocas desiguais interregional, onde o Governo Federal atuava no Nordeste no sentido inverso a partir de políticas assistencialistas, sem alteração das estruturas produtivas, enquanto, no Centro-Sul, o Governo atuava em função do aumento da produtividade, ampliando as disparidades interregionais (GTDN, 1959).

Assim, o Documento do GTDN (1959) indica o abandono da velha política hidráulica de combate à seca do DNOCS e o desmonte da estrutura fundiária, centrando o plano de ação no desenvolvimento industrial da zona da mata/litoral, da transformação agrícola da faixa úmida em função de atender a demanda dos fatores de produção e reprodução do trabalho



na mesorregião em processo de industrialização, da transformação progressiva do semiárido, a partir do aumento da produtividade e convívio com a seca, em função de não pressionar o contingente de oferta de mão de obra nos setores urbanos, além do deslocamento da fronteira agrícola para as áreas úmidas do Maranhão em função do fornecimento dos insumos de produção para os setores urbanos e absorver parte da mão de obra que deixava o semiárido.

Percebemos que, a partir do estruturalismo dual do pensamento da CEPAL, o Documento do GTDN propõe uma saída a partir da formação de uma burguesia regional autônoma, de um capitalismo regional integrado, desconsiderando o caráter orgânico de associação entre as frações dominantes do Nordeste e capital em expansão alocado no Centro-Sul, qual vem acarretar no exaurimento do modelo de desenvolvimento regional da SUDENE em seus anos iniciais – como destacam Almeida e Araújo (2008).

Após a exposição do estudo realizado por Furtado e outros, foi determinado em janeiro de 1959 o lançamento de Operação Nordeste. O então Presidente da República do Brasil decretou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e em abril do mesmo ano mandou para o Congresso o projeto de lei que criaria a SUDENE (CANO, 2001).

#### **4 O planejamento regional para o Nordeste: expansão da acumulação de capital brasileira na redefinição da divisão regional do trabalho**

Oliveira (1977) percebe o planejamento como uma forma técnica de divisão do trabalho que no modo de produção capitalista é comandado pelos detentores do capital, o capital improdutivo comandando o capital produtivo; uma mudança essencial na forma do conflito, novas formas de relação entre o capital e as classes de trabalhadores.

A partir dessa concepção, podemos considerar o planejamento regional como uma forma técnica de divisão regional do trabalho comandado pelos donos do capital dominante em função da transformação estrutural das relações de produção, e, nesse momento histórico (meados do século XX), nos referimos à grande burguesia industrial presente no Sudeste. Assim, o planejamento de desenvolvimento produtivo do Nordeste não se expressa como promotor de setores produtivos para concorrer com o capital nacionalmente dominante, mas dos setores complementares a esse.

O documento produzido por Furtado *et al*, o qual propôs a política de desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste, “Uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”, não assinado pelo autor, atribuindo os créditos da pesquisa ao GTDN, pois o Grupo era composto por membros considerados conservadores, portanto seria mais fácil ser aceito pelas classe dominantes da Região, fração que constituía a representatividade do Nordeste no Congresso brasileiro, e assim aprovar a SUDENE nesse, o que aconteceu no final do ano de 1959, sendo Furtado nomeado Superintendente da SUDENE, apesar das pressões da bancada nordestina do Congresso Federal, encabeçada pelos latifundiários,



contra a nomeação dele ao cargo (CANO, 2001).

A proposta inicial da SUDENE voltada para enfatizar a produção, principalmente da indústria regional, contrária as políticas aquelas tradicionais assistencialistas de sobrevivência às secas vigentes no período. A aprovação só foi conseguida graças ao apoio da burguesia industrial de fora da Região, em especial a burguesia do Centro-Sul, a fração mais beneficiada pela atuação da SUDENE (OLIVEIRA, 1977).

Oliveira (1977) destaca que a SUDENE é o resultado da exacerbação dos conflitos de classes do período em função da expansão da hegemonia da burguesia do então Centro-Sul.

Para Cano (2001, p. 112), Furtado tentou no período criar, de forma projetada, “relações capitalistas de produção no campo, numa economia mais eficiente e internamente integrada”, o que, de acordo com o autor, não se concretizou, salve o projeto de industrialização, apesar desse não ter alcançado seus objetivos sociais.

Araújo (2001) relata que um dos objetivos centrais de Furtado com a industrialização do Nordeste seria formar uma indústria comandada por atores locais, voltada para satisfazer a demanda no mercado nordestino e assim formar uma burguesia industrial no Nordeste que pudesse confrontar-se com as oligarquias agrárias – objetivo contraditório à materialização das políticas da SUDENE, como percepção de Oliveira (1977).

Nos anos de 1960 ocorreu uma migração do capital industrial de outras regiões, principalmente do Sudeste, para o Nordeste devido aos incentivos (infra)estruturais e fiscais, mudando assim o fluxo do capital alocado no território brasileiro, mas prejudicando ainda mais as indústrias nativas da região nordestina, salve os industriais do Ceará que financiaram o processo de industrialização do Estado, fortalecendo-se e conseguindo sobrepor à oligarquia estadual, realizando nessa parte do Nordeste o que foi proposto por Furtado (ARAÚJO, 2001).

A SUDENE torna-se contraditória na relação objetivo-resultado em relação à questão da autonomia da burguesia local, que se tornou ainda mais dependente a partir de um novo padrão de dependência, agora a dinâmica regional do Nordeste sendo condicionada pelo capital que se expandia do Sudeste para outras regiões. Uma espécie de subimperialismo regional.

Como o processo de desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital no Brasil nos anos de 1950 expressa uma redefinição da divisão internacional do trabalho, a fundação da SUDENE, o seu redirecionamento pelos militares, condicionando a exploração dos setores complementares e a migração de capital do Sudeste para o Nordeste marca uma redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil sob comando da burguesia industrial do Sudeste.

Almeida e Araújo, (2004), indicam que a SUDENE, paradoxalmente, beneficiou a consumação da dependência econômica do Nordeste em relação à burguesia industrial do



Sudeste do Brasil. O Nordeste passa, a partir desse momento, a assumir um novo papel na dinâmica econômica nacional, o de alocador do excedente e complementar da acumulação capitalista da grande burguesia industrial alocada no Sudeste.

Porém, não foi só para o Nordeste que ocorreu o processo de desconcentração industrial graças às ações de incentivos fornecidas pelo Governo Federal da época. Além disso, esse capital que vem para o Nordeste foi seletivo tanto espacialmente como setorialmente, alocando-se das áreas e setores mais dinâmicos (ARAÚJO, 2001).

A partir da SUDENE, a atividade econômica urbana, comandada pela indústria, passa a dinamizar a produção nordestina, rompendo com o processo de estagnação econômica, comandada pelos setores rurais, antes existente na Região (ARAÚJO, 2000). Mas, a indústria moderna implantada nessa área comandada por atores externos, em maior parte a burguesia industrial de São Paulo, não se voltou para o mercado nordestino, ou seja, não estava em função de atender a demanda da classe trabalhadora, não solucionou a questão da falta de emprego e também não promoveu a desconcentração da renda (CANO, 2001).

No cenário político brasileiro, no ano de 1961 – já na década inicial da denominada por Guimarães Neto (1997) de “integração produtiva” no Brasil, de expansão do capital do Sudeste para outras regiões –, após o pedido de renúncia do então Presidente do Brasil, Jânio Quadros, o então Vice-Presidente, João Goulart, assume a presidência de República em meio a uma forte instabilidade econômica e política interna. Pressões dos trabalhadores urbanos por melhorias salariais, dos trabalhadores rurais pela posse de terras, da burguesia industrial do Sudeste e das velhas classes dominantes de outras regiões do País contra os avanços dos trabalhadores urbanos e rurais, da burguesia imperialista pela abertura da economia brasileira.

Em dezembro do ano seguinte, o então nomeado Ministro Extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, vindo da SUDENE, chefiou a equipe que elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que buscava, no curto prazo, a partir de diretrizes ortodoxas, controlar o processo inflacionário contendo o déficit público com políticas fiscal e monetária contracionistas. No longo prazo, o Plano Trienal se caracterizava como heterodoxo, buscando implementar novas regras tributárias progressistas, propondo impostos específicos à população com as maiores rendas para financiar as iniciativas do Estado em favor do desenvolvimento nacional, além de outras das chamadas “reformas de base”, entre elas, a de maior tensão, a reforma agrária, qual conflitava com os interesses da fração dominante no Nordeste, os latifundiários (MELO *et al*, 2021; GREMAUD *et al*, 2002; REGO e MARQUES, 2013; SARMENTO, 2012).

Após ser atacado por setores de oposição e até por governistas, além de não ter obtido apoio externo do Governo estadunidense para o refinanciamento da dívida do Estado brasileiro, o Plano Trienal não obteve condições econômicas e políticas para controlar o



processo inflacionário nem para ser executada as reformas estruturais, sendo a política ortodoxa de curto prazo abandonada pelo Governo Goulart ainda no primeiro semestre de 1963 (MELO *et al.*, 2021; GREMAUD *et al.*, 2002; REGO e MARQUES, 2013).

A proposta das chamadas reformas de base, os reajustes reais do salário mínimo no Governo Goulart, além do aumento das pressões dos movimentos de produtores diretos, seja no campo com as Ligas Camponesas no Nordeste, no Sul com o Governo com Leonel Brizola, seja nas grandes cidade com os movimentos dos trabalhadores industriais, marcam o avanço da classe trabalhadora no conflito de classes.

Oliveira (1977) observa que as Ligas Camponesas no Nordeste ensaiam uma luta de classes que põe em xeque a reprodução do modo de produção capitalista no cenário brasileiro. Esse momento marca o que a literatura chama de “crise do populismo”, onde o pacto entre burguesia industrial, a nova fração burguesa hegemônica, e a velha burguesia agrária desde os anos 1930, começa a ser ameaçado com o aval do Governo Federal (GREMAUD *et al.*, 2002).

## 5 Mudança de rumo da SUDENE no Regime Militar

Com o golpe militar sobre o Governo Goulart em 1964, a proposta de desenvolvimento regional do GTDN foi arquivada junto com as propostas de concessões estruturais à classe trabalhadora do Governo de Goulart. Oliveira (1977) destaca que o Golpe de 1964 marca o avanço da burguesia monopolista no conflito de classes no Brasil e Lima Júnior (2014) aponta para o seu completo esvaziamento enquanto instrumento de planejamento para o desenvolvimento regional.

Os governos militares tiveram como objetivo central restaurar o domínio absoluto da burguesia monopolista (industrial, agrária, financeira) e acelerar o desenvolvimento da produção e da produtividade dos setores mais dinâmicos no Brasil sob o discurso de alcançar a produção das grandes economias mundiais, desconsiderando qualquer custo para a classe trabalhadora.

Nesse período, a proposta de reforma agrária foi arquivada, a questão fundiária permaneceu praticamente inalterada, o salário-mínimo real (acusado de ser o centro do processo inflacionário, atacado tanto pela ótica da demanda quanto dos custos de produção) sofre um corte já nos primeiros atos do Governo Castelo Branco (1964-1968) que não se recupera por todo o período do regime militar (1964-1985) (GREMAUD *et al.*, 2002; HERMANN, 2021; REGO e MARQUES, 2013; RESENDE, 1990; TAVARES, M., 1978).

A proposta de acelerar o crescimento econômico a qualquer custo foi defendida pelo então Ministro dos governos militares e principal idealizador da política brasileira da época do chamado “milagre econômico brasileiro” (1969-1973), o Ministro da Fazenda (1967-73) e do Planejamento (1979-85) Delfim Netto, defendeu o crescimento econômico brasileiro, que



creceu em uma média mais de 10% ao ano, acompanhado de um aumento na concentração da renda com uma parábola do bolo, afirmando que a economia precisava primeiro crescer para depois a renda ser dividida. Na época, o Brasil se tornava a oitava base industrial do mundo à custa de uma grande desigualdade social intra e inter-regional (ARAÚJO, 2000).

Essa mudança nos rumos da política brasileira beneficiou certos grupos nordestinos – principalmente as oligarquias agrárias, ou seja, fortalece as relações de produção arcaicas na Região sob as mãos dos setores dominantes locais –, dificultando o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, considerando à questão estrutural da grande concentração de terras e a miséria nas áreas rurais nordestinas, de maior proporção em relação às outras regiões do Brasil (ARAÚJO, 2000; CANO, 2001), qual apenas sofre uma leve inflexão nas rearticulações do Governo Geisel (1973-1979) com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (CARNEIRO, 1990; FERREIRA, 2021; GREMAUD *et al.*, 2002).

No geral, as reestruturações políticas-institucionais realizadas pelos militares, no primeiro momento, acarretariam em uma diminuição dos incentivos fiscais e do crédito, voltados para o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas da economia brasileira, em centro das regiões do Norte e Nordeste (CANO, 2001). Os recursos públicos seguiam a lógica do capital, silenciando as questões socioeconômicas regionais, voltando, assim como foi na maior parte a história do Brasil até então, principalmente no Plano de Metas, a serem alocados nas mesorregiões e setores mais dinâmicos.

Os militares determinaram fortemente mudanças nas diretrizes da SUDENE. Com isso, “trataram de tirar a relativa autonomia e legitimidade que havia sido imputada à Superintendência por ocasião de sua criação e transferiram investimentos para outras atividades econômicas e para outras regiões do País” (ALMEIDA e ARAÚJO, 2004, p. 105).

## 5.1 O novo papel do Nordeste na divisão regional do trabalho e o II PNB

A SUDENE voltou-se centralmente ao financiamento da exploração dos recursos minerais do Nordeste, além de dirigir recursos para a ampliação da infraestrutura regional – basicamente, transporte e energia elétrica –, aumentando a atratividade dessa para o capital vindo de fora da Região. Nesse período, incentivos fiscais como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), investimento de empresas estatais, caso da Petrobras no Estado da Bahia e da Vale do Rio Doce no Estado do Maranhão – no II PND –, créditos de bancos públicos de desenvolvimento e capitais privados locais, nacionais e multinacionais, impulsionaram o crescimento econômico do Nordeste a partir dos anos de 1970 – o que não foi acompanhado de um desenvolvimento social nas mesmas proporções (ARAÚJO, 2000), mantendo o caráter estrutural da não relação direta entre produção e consumo local das regiões subdesenvolvidas.

O novo parque industrial, que contou com o apoio de incentivos públicos para a sua



instalação nos anos 1970, aumentou a integração econômica dessa região com outras da Federação brasileira, sobretudo com o Sudeste (ARAÚJO, 2000).

Na década de 1970, por meio dos investimentos estatais para explorar aquelas bases de recursos naturais da região, o Governo Federal, conseqüentemente, promoveu uma leve desconcentração industrial alocando investimentos em formação bruta de capital fixo nessa região periférica, expandindo a estrutura produtiva e a produtividade regional, objetivando aumentar a contribuição nordestina na complementação da estrutura de produção industrial instalada no Sudeste (COSTA, 2012).

Esse pequeno processo de desconcentração não se fez a partir de um projeto de desenvolvimento regional autônomo, mas sim inserido dentro da lógica de reprodução do capital industrial hegemônico – tanto de raízes no Sudeste quanto dos monopólios industriais internacionais que passam a adentrar fortemente os seus capitais fixos em meados da década de 1950 sem encontrar barreiras nos governos brasileiros até hoje –, portanto não voltados para atender a demanda dos trabalhadores locais.

Ao passo que os militares tiravam e realocavam os recursos de financiamento do desenvolvimento do Norte e Nordeste, enfraquecendo e mudando os rumos da SUDAM e da SUDENE no primeiro momento dos anos de 1960, nos anos de 1970, o processo se inverte relativamente, aumentando o crescimento econômico dessas regiões, mesmo que concentrado em sub-regiões e setores específico, a partir aos investimentos realizados pela política industrial do II PND capitaneada por empresas estatais, entre elas estavam algumas com bases localizadas no Nordeste como a Petrobras e Telebrás (CANO, 2001).

Essa política do Governo Geisel de investimento público, sintetizada no II PND, com a intenção exposta de prosseguir com o programa de substituição das importações, manteve relativamente a dinâmica economia brasileira, qual foi incluído o Nordeste, avançando o seu processo de industrialização, enfatizando os polos de desenvolvimento econômico, mantendo o dinamismo da produção brasileira em um quadro de crise econômica mundial (ARAÚJO, 2000; CASTRO e SOUZA, 1985; TAVARES, 2011), a crise do modelo fordista de reprodução do capital dos países industrializados (FILGUEIRAS, 2007).

Devido à ampla disponibilidade dos chamados recursos naturais na Região Nordeste, os investimentos públicos e privados tenderam para os setores de produção energética extrativa, como foi o caso da ampliação da base produtiva petroquímica estatal que possui instalações no Estado da Bahia. Essa e outras grandes empresas do setor energético foram privilegiadas pelos incentivos do II PND (ALMEIDA e ARAÚJO, 2004).

Segundo Furtado (1981), os recursos financeiros do Governo Federal do período para o Nordeste foram, em grande parte, alocados em investimentos produtivamente não eficientes, destinados a complementar a estrutura industrial presente no Sudeste e no Sul, na qual tinha a predominância na produção de bens de consumo duráveis, além de adequar



o mercado regional a oferta da região central do país.

Os atores dominantes da economia brasileira promoveram a indústria no Nordeste afim de prolongar o desenvolvimento da indústria do Sudeste, ignorando, de certa forma, a cultura de produção da Região. Explica-se, assim, a baixa rentabilidade do capital investido no Nordeste, pois “a nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do País e é comandada do Centro-Sul”<sup>7</sup> (FURTADO, 1981, p. 14), mantendo o Nordeste na posição de subdesenvolvimento, a região arcaica, no processo de desenvolvimento do capital da região moderna.

Guimarães Neto (1997) apontou dois pontos imprescindíveis para compreender o processo de crescimento econômico nordestino nesse segundo período dos governos militares. O primeiro foi a seletividade do capital empreendido, alocado apenas nas áreas e segmentos mais dinâmicos. O segundo foi a industrialização tardia da Região Nordeste em relação ao Sudeste, colocando a primeira região como apenas uma alternativa para ocupação dos espaços econômicos permitidos pelo capital industrial do Sudeste.

Assim, o Nordeste cumpre seu papel complementar da reprodução do capital industrial monopolista no Brasil, sem considerar as especificidades da estrutura produtiva e da demanda local. Tendo esse processo como caráter o aumento da exploração da força de trabalho em relação aos salários reais, a expansão territorial das bases produtivas obsoletas e/ou complementares do Sudeste, o aumento da participação do Estado na promoção do desenvolvimento do capital interno; seria essa ma característica de um subimperialismo interregional objetivado capital do Sudeste?

Esse processo de redirecionamento dos recursos públicos durante os governos militares tiveram como resultado um crescimento econômico nordestino abaixo da média do Brasil entre os anos de 1960 e 1975. Após o primeiro choque do petróleo em meados dos anos de 1970, enquanto a atividade econômica brasileira desacelerou em relação ao período do chamado “milagre econômico”, porém mantendo uma taxa de crescimento por volta de 7% ao ano – em um processo de desenvolvimento em marca forçada, indo contra a conjuntura econômica internacional (CASTRO e SOUZA, 1985) –, com a política de desconcentração regional dos investimentos públicos em capital fixo do II PND, o PIB do Nordeste passou a crescer em um nível acima da média brasileira.

## 5.2 O desenvolvimento desigual no Nordeste na fase final do Processo de Substituição de Importações brasileiro.

Como relata Tavares (2011), nos primeiros anos da SUDENE, os investimentos

<sup>7</sup> Furtado desenvolve um conceito de dependência ainda em uma perspectiva dual, externa, que não se confunde com o conceito de dependência da corrente dependentista.



públicos, basicamente industriais, foram distribuídos na Região, mas as três capitais mais dinâmicas economicamente (Salvador, Recife e Fortaleza) foram favorecidas com a maior parte dos recursos desde o início. Portanto, também no âmbito intra-regional, as políticas do militares contribuíram para aumentar a concentração da renda e a desigualdade social.

Junto a esse processo de desconcentração da indústria, e conseqüentemente da economia, surge à tendência de ampliação das desigualdades socioeconômicas intra-regionais. Mantiveram-se as estruturas tradicionais na zona rural e ampliou-se a exclusão social no território brasileiro, particularmente na Região Nordeste (GUIMARÃES NETO e BRANDÃO, 2009).

Como menciona Carlos Américo Pacheco *apud* Araújo (2000), esse pequeno processo de desconcentração espacial na alocação do capital público não beneficiou todas as mesorregiões do Nordeste. Na verdade, os novos capitais foram investidos nos setores e áreas mais promissoras, as chamadas “ilhas de prosperidade”, contribuindo para o aumento da heterogeneidade socioeconômica inter e intra-regional (ARAÚJO, 2000).

Assim, algumas áreas nordestinas de dinamismo econômico foram formadas ou fortalecidas em coexistência com espaços de estagnação produtiva, essas últimas, mantendo o nível de abstração, ocupavam o espaço a posição periférica na divisão intra-regional do trabalho no Nordeste, fornecendo insumos de produção, de reprodução da força de trabalho e a própria força de trabalho com o processo de migração intra-regional.

### **5.3 Um projeto de desenvolvimento conservador: considerações sobre os governos militares**

Cano (2001) relata que a perspectiva regional não desaparece por completo nos governos militares, pois foram instituídos programas direcionados espacialmente, como o Programa de Redistribuição de Terras, o Programa de Integração Nacional, o Programa de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, entre outros. Mas esses programas favoreceriam ainda mais a concentração das terras, assim como o novo Imposto Territorial Rural.

Com a orientação dos militares em também alocar recursos federais no setor agrário na Região Nordeste, além dos setores de energia e outros insumos de produção, as estruturas tradicionais desse setor se colocaram como “papel de freio sobre as mudanças desejadas pelo planejamento da Sudene de Celso Furtado” (AMARAL FILHO, 2010, p. 60).

No cenário econômico brasileiro, a idealização do regime em tornar o Brasil um país central na dinâmica econômica mundial teve de ser abandonada devido à crise da dívida externa nos anos de 1980, conseqüentemente, pela crise fiscal do Estado a partir do direcionamento dos recursos desse para remunerar o capital financeiro, além da conseqüente crise inflacionária, exaurindo os investimentos regionalmente desconcentradores durante a



primeira metade da década de 1980. Porém, os principais investimentos em capital fixo foram mantidos e maturaram até 1985, contribuindo com a extensão do período de dinâmica econômica brasileira, em especial nordestina, junto à retomada da dinâmica internacional em meados da década (CANO, 2001; CASTRO, 1985).

Baseada em dados fornecidos pelo IBGE, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Araújo (2000) mostra que no total da formação do capital fixo, o qual inclui os investimentos da administração pública e das empresas do Governo Federal, percebeu-se que o Nordeste como região recebedora de recursos passou de 13% no ano de 1970 para 17% em 1985.

Furtado (1984, p. 6) relata que, entre os anos de 1960 e 1970, o desenvolvimento não correspondeu à dinâmica econômica da Região, caracterizando esse processo verificado no Nordeste de “mau-desenvolvimento”. A melhoria na infraestrutura regional, basicamente nos setores de energia e transporte, em lugares específicos, não refletiu no melhoramento substancial da qualidade de vida da maior parte da população, principalmente se tratando dos trabalhadores rurais.

Enfim, a ditadura militar brasileira de meados do século XX focou seus esforços a partir dos recursos públicos e das estatais para a reprodução dos grandes capitais, acarretando na concentração ainda maior do produto social brasileiro e aumentando a heterogeneidade social. Porém, o processo de concentração regional do produto brasileiro passa por uma reversão a partir do Governo Geisel e do II PND, reestruturando a divisão regional do trabalho no Brasil, passando o Nordeste a ser um ofertante de energia e insumos de produção para a reprodução do capital industrial do Sudeste. Ressaltando que esse redirecionamento se caracteriza por um processo de desconcentração concentrador intra-regionalmente.

O projeto desenvolvimentista brasileiro, como em toda América Latina, foi extremamente conservador do interesses da grande burguesia, autoritário e, conseqüentemente, antissocial. Segundo Amartya Sen, citado por Veiga (2010) e Sachs (2008) – em uma contestação, por parte de Veiga, a parábola apresentada por Delfim Netto para caracterizar os planos dos militares, em especial do chamado “Milagre econômico” brasileiro –, essa ideia do bolo a ser repartido não pode ser aceita pela sociedade, porque além de não se realizar na prática, ainda fere os princípios éticos. Para o autor, neste mundo de grandes desigualdades, não se pode esperar que os ricos tornem-se ainda mais ricos para que depois os pobres fiquem um pouco menos pobres.

E concordamos com essa afirmação. A questão é que, depois da constatação, os desenvolvimentistas propõem uma saída utópica por dentro do capitalismo, qual, devido sua própria estrutura de reprodução, abre uma janela ilusória, pois essa é cercada um muro impossível de serem escalados, onde a única forma de se libertar é rompendo as suas estruturas pela força de forma organizada.



## 6 A redemocratização e o abandono da “questão regional” original: algumas notas

A década de 1980 é marcada pela crise da dívida externa brasileira<sup>8</sup>, assim como de outros países da periferia do capitalismo, a qual desaguou numa crise de balanço de pagamentos, no aumento do patamar do processo de inflação incontrolado pelas políticas ortodoxas na primeira metade da década e mistas na segunda metade, e a crise fiscal do Estado a partir, entre outros fatores, do chamado efeito Oliveira-Tanzi<sup>9</sup>, estabelecendo o fim da substituição de importações, da hegemonia dos industriais do Sudeste no bloco no poder do Estado brasileiro, além do estancamento das políticas desenvolvimentistas no Brasil, e assim da desconcentração regional dos investimentos em capital fixo públicos e privados.

A chamada redemocratização do Estado brasileiro, na segunda metade da década de 1980 – e, anos depois, a nova Constituição brasileira, essa em processo de desmonte desde o Governo Collor (1990-1992) –, veio nesse período de crise da macroeconomia brasileira – de diminuição do ritmo de crescimento econômico; processo de inflação acelerado; crise na balança de pagamentos –, exaurindo durante os anos de 1980 o financiamento das políticas de desenvolvimento (ALMEIDA e ARAÚJO, 2004).

A implantação da Constituição brasileira de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, pelo seu caráter ideal de inclusão social das populações mais vulneráveis, somada ao início das atividades produtivas a partir dos investimentos no período do II PND no Nordeste, além do esgotamento do processo de substituição de importações concentrado no Sudeste; tomamos como hipótese de que foram esses os elementos dinamizadores da economia regional do Nordeste para além da média brasileira nos anos de 1980. Porém, esgota-se aí o processo de desenvolvimento econômico regional.

Nos anos de 1990, com o fim do processo de desenvolvimento das forças produtivas induzidas pelo Estado brasileiro, houve uma forte migração do capital público e privado para as regiões mais dinâmicas, basicamente para o Sudeste, revertendo o quadro de desconcentração espacial e setorial da indústria. O ideário neoliberal passa a dominar a agenda política brasileiro e a indústria volta a reconcentrar-se nas áreas mais lucrativas, iniciando um período de guerra fiscal entre os estados para atrair os investimentos privados. A partir daí, as políticas de integração nacional são arquivadas pelo novo modelo de

<sup>8</sup> Resultado, no curto prazo, do segundo choque do petróleo, pressionando a balança comercial, devido a dependência perante a importação de petróleo da economia brasileira no período, e a balança de serviços, devido ao crescimento autônomo da dívida externa contraída a partir de juros flutuantes de acordo com o preço da taxa câmbio, centrada no Dólar, além do estancamento do fluxo de capital financeiro para os países endividados da periferia, durante a maior parte da década de 1980. No médio e longo prazo, condicionado pelo processo de dependência, o endividamento da economia brasileira (pública e privada) não resultou em uma transformação da estrutura produtiva interna que condicionasse o país a ter autonomia na produção de produtos tecnológicos nem financeira.

<sup>9</sup> A deterioração dos recursos do Estado devido o processo inflacionário, estando as despesas indexadas a inflação, enquanto as receitas não.



econômico social, e o capital segue a lógica de reprodução, realocando-se nas regiões e áreas mais adaptadas para a acumulação capitalista (COSTA, 2012).

De tal forma, “sem direção e coordenação, entregue aos mercados as principais decisões estratégicas, o país viverá experiência de crescente falta de sustentação de sua trajetória de crescimento”. A articulação do espaço brasileiro almejada há décadas – pelos desenvolvimentistas nacionalistas – sofre um retrocesso ainda maior e a homogeneização socioeconômica das regiões brasileiras encontraram-se, na época ainda mais distante (GUIMARÃES NETO e BRANDÃO, 2009, p. 23).

Como expressou Furtado em 1996, “nunca na história desse país estivemos tão longe do país com que sonhamos um dia”.

## 7 O Nordeste nas etapas finais do modelo de industrialização

Em relação aos dados macroeconômicos gerais – os dados abstratos das condições materiais da vida dos trabalhadores nordestinos, como denuncia Furtado (1999) –, entre as décadas de 1960 e 1980, a Região Nordeste apresentou o melhor desempenho em relação a média do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Entre 1970 e 1987, a participação da Região na formação do PIB brasileiro passou de 12,6% para 15,8%. O PIB per capita passou de 45,8% para 54,4% da média brasileira, mantendo-se ainda com cerca de metade da renda média nacional. Os pesos da indústria e da produção terciária seguiram a mesma tendência de crescimento na formação do produto regional (ARAÚJO, 2000).

Apenas o setor agropecuário regional, seguindo a tendência geral do setor no Brasil, diminuiu sua produção e perdeu espaço em relação à dinâmica setorial nacional, principalmente para o Centro-Oeste. Entre os anos de 1974 e 1980 – entre o primeiro e o segundo choque do petróleo, e com a política de desenvolvimento produtivo regionalmente desconcentrada financiada pelos “petrodólares” –, o crescimento econômico brasileiro perdeu força, porém mantendo-se crescendo em níveis satisfatórios – em ritmo maior do que no cenário mundial –, enquanto no Nordeste esse processo se acelerou para além dos números médios do Brasil (ARAÚJO, 2000).

Entre os anos de 1975 e 1990, o País aumentou suas exportações por volta de 200% e o Nordeste acompanhou essa trajetória a um passo mais lento, aumentando em 100% no período (ARAÚJO, 2000). Castro (1985) destaca a maturação dos projetos produção de insumos e energia regionalmente desconcentrados como elemento fundamental para essa dinâmica.

Voltando-nos para o cenário intra-regional, cabe destaque ao Estado da Bahia, pois esse acompanhou a mesma variação relativa dos números nacionais, aumentando sua participação no produto exportado pela Região. No ano de 1975, sua economia formava cerca



de um terço das exportações nordestinas. Em 1990 esse valor passou a ser a metade do produto exportado pela Região (ARAÚJO, 2000), caracterizando o processo concentrador intra-regional das desconcentração inter-regional dos recursos do II PND.

Em relação à dinâmica econômica intra-regional, de acordo com os dados da SUDENE, no ano de 1980 só a economia baiana movimentava cerca de 40% do PIB regional. Entre os anos de 1970 e 1992, a dinâmica econômica dos estados da Região Nordeste foi descompassada. Os maiores crescimentos relativos foram alcançados pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, as menores variações foram apresentadas pelos estados da Paraíba e Pernambuco (ARAÚJO, 2000).

Em relação ao PIB per capita, a Bahia e Pernambuco apresentaram as menores variações relativas no período. Porém, a Bahia passou de 3,8% para 5,2% na participação na formação do PIB brasileiro entre os anos de 1970 e 1985. Esse desempenho positivo só não foi verificado nos estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco (ARAÚJO, 2000).

Assim, só podemos afirmar que o processo de desconcentração da dinâmica econômica, liderada pelo Estado brasileiro, foi concentrador, se concentrando no estado nordestino de maior produtividade, o Estado da Bahia.

Voltando-se para uma análise socioeconômica – objeto da corrente cepalina no seu segundo momento, a partir dos anos 1960, após a desilusão da industrialização, que se acelerou nos anos 1950, não proporcionou um aumento na qualidade de vida da maior parte da população da região latina-americana na mesma proporção, como destaca Bielschowsky (2004) –, Furtado (1981), já no decorrer da quarta parte do século XX, destacou que o Nordeste era a região do país qual mostrava nitidamente a precariedade das condições de vida do povo. “Uma política adequada para o Nordeste significa renunciar à ilusão de que essa região é tão-somente um apêndice, algo que pode ser relegado a segundo plano, que pode esperar um amanhã incerto em que, o bolo a distribuir seja maior” (FURTADO, 1981, p. 13).

Sobre a questão social, pela escassez estrutural de emprego no Nordeste em relação ao grande número de trabalhadores habitando na Região na segunda parte do século XX, somada a um crescimento assincronismo com as particularidades da região, manteve-se o processo migratório em direção aos grandes centros urbanos, principalmente do Sudeste, os quais “comportam todo o estrato inferior de nordestino”, que passaram, na maior parte das vezes, a viverem em locais periféricos com precária proteção social (FURTADO, 1981, p. 15).

Assim, o Nordeste cumpre o papel na nova divisão regional do trabalho no Brasil de, entre outros elementos já destacados aqui – como o de ofertante dos fatores de (re)produção do capital –, barateamento do preço da força de trabalho no Sudeste a partir da formação da força de trabalho excedente para a indústria e comércio dessa região, formando o então



exército industrial de reserva<sup>10</sup>.

Em resumo, sobre a variação do dinamismo econômico no Nordeste em relação ao Brasil, Araújo, (2000) faz um levantamento entre as décadas de 1960 e 1980. Os números mostram que após o início das ações voltadas para o planejamento regional iniciadas pela SUDENE, além dos projetos do II PND nos anos de 1970, o PIB nordestino apresentou um desempenho próximo à média do Brasil, exceto entre 1967-1973, período do chamado “milagre econômico” brasileiro, que se mostrou concentrador, quando a média do crescimento do produto no Brasil foi de 11,1%, enquanto a produção nordestina cresceu 6,9%, como mostram os dados a seguir:

**TABELA 1 – Taxas de crescimento do PIB no Brasil e no Nordeste durante o período entre 1960 e 1989**

P e r í o d o s	B r a s i l	N o r d e s t e
1 9 6 0 - 7 0	6 , 1	6 , 0
1 9 7 0 - 8 0	8 , 7	8 , 7
1 9 8 0 - 9 0	1 , 6	4 , 0
1 9	4 ,	5 ,

<sup>10</sup> Que se expande para o setor comercial de baixo valor agregado que, inserido na atual fase do capitalismo neoliberal brasileiro, com as contrarreformas trabalhistas, assume hoje um novo caráter de excedente de oferta de mão de obra, o exército de trabalhadores rotativos de reserva.



6 0 - 6 6	6	2
1 9 6 7 - 7 3	1 1 , 1	6 , 9
1 9 7 4 - 8 0	6 , 7	7 , 4
1 9 8 1 - 8 3	- 1 , 4	2 , 9
1 9 8 4 - 8 6	7 , 8	1 1 , 2
1 9 8 7 - 8 9	1 , 6	2 , 6
1 9 8 9 - 9 0	- 4 , 0	- 2 , 8

Fonte: Araújo (2000, p. 162).



Comparando as taxas de crescimento entre as décadas ocupadas majoritariamente pela ditadura militar:

- i) os anos entre 1960 e 1966 comporta, em centro o Governo Goulart e parte do primeiro governo militar da segunda parte do século XX no Brasil. A nossa hipótese é que a média do crescimento do Nordeste nesse período foi fundamentalmente condicionada pelo aumento real dos salário mínimo no Governo Goulart, ao passo que os dois/três anos iniciais dos militares são marcados pelo início do arroxo salarial e reconcentração regional dos investimentos;
- ii) em toda a década de 1960, período da chamada crise dos governos populistas e dos primeiros anos do regime militar, qual diminuiu o valor real dos salário mínimo, e se arquivou as questões regionais, o PIB brasileiro cresceu em média 6,1%, enquanto o PIB do Nordeste alcançou à média de 6%, ou seja, os números do Nordeste puxaram a média nacional para baixo;
- iii) na década de 1970, período composto em maior parte pelo início dos investimentos em capital fixo regionalmente desconcentrado a partir das políticas do II PND, as médias nacional e nordestina apresentara o mesmo crescimento de 8,7 pontos percentuais;
- iv) no período marcado pela recessão econômica brasileira e instabilidade macroeconômica, porém de maturação dos investimentos do II PND, os anos de 1980, mostrou o menor crescimento do período analisado tanto para a economia brasileira quando para a do Nordeste, mas o efeito desacelerador da economia brasileira afetou em menor proporção os dados da produção nordestina que cresceu em média 4%, embora o produto do Brasil tenha crescido menos de 2%.

Impulsionado principalmente pelos incentivos públicos na segunda parte, entre 1967 e 1989 a estrutura produtiva do Nordeste sofre uma variação, onde se alterou a contribuição dos setores na formação do PIB regional. Nos anos extremos do período referido, a agropecuária diminuiu sua participação de 27,4% para 18,9%, caindo ainda mais seu percentual em 1990 quando ocorreu uma forte estiagem que afetou a produção do semiárido, atingindo apenas 12,1 pontos percentuais no PIB regional (ARAÚJO, T., 2000).

Diferentemente da agropecuária, a indústria cresceu sua participação de 22,6% para 29,3% e o setor de serviços passou de 49,9% para 58,6% – setor agregado da dinâmica da indústria –, de acordo com os dados oferecidos pela SUDENE para o período de 1967 a 1989 (ARAÚJO, 2000), caracterizando o aumento da produtividade dos setores urbanos em relação aos setores agrários, tendo entre seus elementos as ações da SUDENE e do II PND.



Porém, como mostra Oliveira (1977), nesse período se exacerba o novo padrão de dependência da economia do Nordeste sob capital alocado no Sudeste, mantendo intra-regionalmente o caráter desigual do desenvolvimento do capital.

Apesar da dinâmica econômica nordestina apresentada nos dados anteriores, liderada pelos gastos públicos, uma das marcas mais importantes do Nordeste continuava sendo a privação humana, tanto em relação à renda, quanto aos outros fatores do chamado desenvolvimento social. Araújo, T. (2000) apresentou um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) onde mostra que, no ano de 1990, mais da metade dos indigentes brasileiros estavam no Nordeste, sendo que por volta de dois terços desses viviam na zona rural e quase 46% viviam no perímetro urbano.

Apesar, do aumento da produtividade no Nordeste, essa região, ao final dos anos de 1980, continuava sendo a periferia da dinâmica econômica brasileira, onde a produção regional não era voltado para atender a demanda local, e sim reproduzir a taxa de lucro da indústria sudestina, caráter da superexploração da força de trabalho.

## **8 A hegemonia neoliberal no Brasil e no Nordeste: dominação financeira, desindustrialização e o arquivamento da questão regional**

O Estado, desenvolvimentista e promotor da dinâmica econômica brasileira, em passo com o endividamento externo, perde essa capacidade nos anos de 1990 – tendo como marco a crise da dívida externa, a crise inflacionária e a fuga de capitais, esses mutuamente interligados. Endividado, o Estado brasileiro passou a ser súdito e favorecedor da acumulação do capital – financeiro rentista-especulativo<sup>11</sup>.

De acordo com a publicação de Costa (2012), entre outros, a década de 1990 foi marcada pela predominância das políticas neoliberais. O Estado brasileiro deixou de fomentar a estrutura desenvolvimentista econômica das regiões periféricas, abandonando a proposta de integração nacional, abrindo as fronteiras do mercado brasileiro, prejudicando as indústrias em formação dessas regiões, inclusive as do Nordeste, que promoveu a aceleração do processo de concentração industrial brasileiro e início do processo de desindustrialização.

Votando-se para a questão socioeconômica do Nordeste na década de 1990,

<sup>11</sup> Se inserindo como subordinado no novo caráter de acumulação do capital condicionado pelo capital financeiro, que passa a dominar os regimes de política macroeconômica brasileira e latino-americana a partir das diretrizes do chamado Consenso de Washington. Tal processo é iniciado já em finais do Governo Sarney com a política ortodoxa de combate à inflação, se aprofundando no Governo Collor (1990-1992) com privatizações, abertura comercial, perpassando pelos Governos Franco (1993-1994) e Cardoso (1995-2002), com o Plano de Ação Imediata (PAI), o aumento da taxa de juros do Plano Real, com a abertura financeira e com o chamado Tripé Macroeconômico, ampliado pelos Governos do Partido dos Trabalhadores, voltando a ser aprofundado a partir do golpe de 2016 com o teto de gastos e da contrarreforma trabalhista do Governo Temer (2016-2018), e a contrarreforma da Previdência, a privatização da Eletrobrás, e a entrega oficial da política monetária aos banqueiros a partir da chamada independência do Banco Central no Governo Bolsonaro (2019-2022).



Guimarães Neto (1997) percebeu que o crescimento econômico do Nordeste, financiado pelo setor público e pelo capital externo nas décadas anteriores, manteve o dinamismo concentrado apenas em algumas áreas da Região, aumentando a heterogeneidade econômica do espaço nordestino. Houve um aumento da concentração fundiária e, de acordo com o Mapa da Fome, elaborado pelo IPEA (1993), a questão da miséria socioeconômica nordestina continuava relativamente inalterada, pois 54,57% dos indigentes no total, e dois terços dos indigentes rurais do Brasil ainda estavam no Nordeste, sendo o Estado da Bahia comportando 13,67%, Ceará 9,58%, Pernambuco 7,34% e Maranhão 7,27% dos indigentes brasileiros, estando apenas Minas Gerais entre esses estados, e São Paulo aparece só depois, mesmo comportando a maior parcela da população brasileira por Estado.

No setor rural os dados por região são semelhantes, na sequência: Bahia, 16,16%, Ceará, 10,99%, Maranhão, 10,68%, então aparece Minas Gerais, 13,68%, Paraná e Pernambuco na sequência (IPEA, 1993); refletindo o caráter concentrador da dinâmica econômica nos estados de maior produção no Nordeste, podendo também ser ressaltados processo de migração excedente da mão de obra intra-regional das mesorregiões mais atrasadas para esses estados mais dinâmicos, preocupação do Documento do GTDN ainda em finais dos anos 1950.

Apesar da miséria predominando nas áreas rurais nordestinas, a questão fundiária continuava arquivada pelos governantes, contribuindo para a permanência da calamidade social enraizada no campo. Na zona da mata, a concentração fundiária continuava crescendo e o cultivo da cana de açúcar ampliava sua predominância. As secas do semiárido agravavam a concentração das áreas da Região devido à inviabilização das terras nesses períodos, forçando os pequenos produtores a venderem suas propriedades a baixos preços para os grandes latifundiários (ARAÚJO, 2000). Restando a esses pequenos produtores, basicamente, a escolha entre a pobreza do campo nordestino, somada à superexploração da força de trabalho, ou a migração para os periferias urbanos da Região e nacionais.

## **9 Considerações Finais: entre a "Questão Regional" e a hegemonia neoliberal: notas sobre a dialética da nova divisão do trabalho e os resultados socioeconômicos no Nordeste.**

No período entre a explosão da "Questão Regional" e a hegemonia neoliberal no Brasil, do auge ao exaurimento do desenvolvimento industrial brasileiro, o Nordeste, devido a uma série de fatores – como o planejamento para desenvolver a produtividade regional, em função de, além de conter forças populares, complementar da produção sudestina, de expandir espacialmente o capital da grande burguesia industrial dessa última região, a partir exploração dos chamados recursos naturais, entre outros –, sai do processo de estagnação



econômica, passando a acompanhar relativamente o dinamismo nacional, caracterizando uma reestruturação da divisão regional do trabalho, onde a produção em expansão não se volta a atender a demanda da população local, mantendo o caráter da superexploração do trabalho na Região.

Percebe-se que o desenvolvimento econômico, a partir da perspectiva de produção e produtividade, se concentra na região (no Estado da Bahia) e nos setores mais dinâmicos. Assim, paradoxalmente, o desenvolvimentismo implantado no Nordeste, uma industrialização tardia de caráter complementar, a partir da SUDENE e do II PND, segue a dinâmica do desenvolvimento do capital desigual e combinado, mantendo inter e intra-regionalmente a estrutura dialética de reprodução do capital onde o arcaico, os setores e (meso)regiões atrasados, é um elemento complementar fundamental para manter a dinâmica dos setores e (meso)regiões modernas.

Assim, como resultado fundamental da reprodução do capital na formação econômica e social do Brasil, um país subdesenvolvido e dependente, o desenvolvimento social dessa região não acompanhou a sua relativa evolução das bases produtivas na terceira metade do século XX, fase final do processo de industrialização brasileira, sendo a pobreza, a falta de acesso aos serviços públicos – de reprodução da força de trabalho – e a concentração da renda, ainda nos anos 1990 são as marcas mais representativas do Nordeste brasileiro, mantendo inter-regionalmente o caráter de subordinação e superexploração da força de trabalho.

## Referências

- ALMEIDA, José Elesbão de; ARAÚJO, José Bezerra de. Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A “Questão Regional” e a “Questão Nordestina”. In: TAVARES. M. da C. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 71-92.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- \_\_\_\_\_. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 30, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOITO Jr. Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas-SP: Unicamp / São Paulo-SP: Unesp, 2018.
- CANO, Wilson. Celso Furtado e a Questão Regional no Brasil. In: TAVARES. Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 93-120.
- CARDOSO, Fernanda. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiaí-SP: Paco, 2018.
- CARNEIRO, Dionísio D. Crise e Herança. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). **A Ordem do**



**Progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A Economia em Marcha Forçada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COSTA, J. M. **Concentração e Desconcentração Industrial**, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-e-desconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

FERREIRA, Luciana da S. A Política Econômica do Governo Geisel. In: ARAÚJO, Victor Leonardo de.; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (org.). **A Economia Brasileira: de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1. ed. São Paulo-Hucitec, 2021.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de Reprodução do Capital e Capitalismo Dependente no Brasil Atual. **Caderno CRH**. Salvador, v.31, n. 84, p. 519-534, set./dez., 2018.

FIORI, J. L. A Propósito de Uma “Construção Interrompida”. In: TAVARES, M. da C. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 33-58.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. Uma Política Nacional Para o Desenvolvimento do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 1,1, p. 12-12, dez. 1981.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. O Nordeste: reflexões sobre uma políticas alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, p. 5-14, jul./set. 1984.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE TRABALHO PARA o DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Documento do GTDN: uma política nacional de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out.-dez., 1997.

GUIMARÃES NETO, L.; BRANDÃO, C. A. **A Formação Econômica do Brasil e a Questão Regional**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória Econômica de Uma Região Periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento. In: GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Trad. José R. B. Azevedo. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus: 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Rio de Janeiro, 1993.

LIMA JÚNIOR, F. do O'. **SUDENE e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000**. Fortaleza/CE: RDS Editora, 2014

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Trad. Marcelo Carcanholo. S. D. [1972].



MELO, Hildete, P., BASTOS, Carlos, P., ARAUJO, Victor L. A Política Macroeconômica e o Reformismo Social. In: ARAUJO, Victor Leonardo de.; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (org.). **A Economia Brasileira: de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. 1. ed. São Paulo-Hucitec, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elegia Para Uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano**: e outros ensaios. Tradução: Vera Ribeiro; Lisa Stuart e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RESENDE, André L. Estabilização e Reforma. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARMENTO, C. E. **A Trajetória Política de João Goulart**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plan\\_o\\_trienal\\_e\\_a\\_politica\\_economica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plan_o_trienal_e_a_politica_economica)>. Acesso em: 29 ago. 2013.

TAVARES, H. M. Estratégias de Desenvolvimento Regional. Da Grande Indústria ao Arranjo Produtivo Local? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 50-68, jan-abr/2011.

TAVARES, Maria da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaio sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.